

**Discurso de Christa Schweng,
presidente do Comité Económico e Social Europeu**

**Reunião plenária inaugural de 29 de outubro de 2020
Hemiciclo do Parlamento Europeu, Edifício Paul-Henri Spaak / à distância**

**Senhor Presidente David Sassoli,
Senhor Presidente Charles Michel,
Senhora Presidente Ursula von der Leyen,**

**Excelências,
Ex.^{mos} Membros do Comité Económico e Social Europeu,
Caros convidados,
Caros amigos,**

O que tínhamos em mente não era exatamente assistir à reunião plenária inaugural através de um ecrã. Porventura interrogar-se-ão sobre o que me levou, enquanto nova presidente, a também participar à distância. Asseguro-vos que foi difícil decidir não me deslocar a Bruxelas. A razão da minha decisão é simples: não podemos pedir aos cidadãos e aos nossos membros e colaboradores que limitem os seus contactos sociais e alterem o seu comportamento no quotidiano para lutar contra a pandemia de COVID-19 se não dermos o exemplo. Foi por este motivo que escolhi privilegiar a segurança e decidi participar à distância, para não comprometer a saúde de ninguém.

Permitam-me começar por partilhar uma memória pessoal. Tornei-me membro do Comité em 1998, e ainda me recordo do meu primeiro dia e dos meus pensamentos naquela altura. Sentia-me um pouco perdida e perguntava-me de que forma todas aquelas políticas poderiam funcionar. Como poderia eu contribuir para melhorar a UE? Imagino que muitos de vós, especialmente os novos membros, já sentiram o mesmo. Vinte e dois anos depois, a minha motivação tem a mesma força do primeiro dia.

O Comité Económico e Social Europeu desempenha um papel essencial ao dar voz à sociedade civil organizada ao nível europeu. A sociedade civil organizada contribui para que as políticas europeias reflitam mais adequadamente a situação no terreno e sejam aplicadas mais eficazmente a nível nacional ou local.

A experiência em primeira mão dos empregadores, dos trabalhadores, dos consumidores, dos agricultores e das ONG é *indispensável* para construir uma Europa melhor. O nosso papel é criar pontes: temos de o desempenhar eficazmente, e acredito que somos capazes.

Sejamos claros: nos últimos meses, a imagem do Comité podia ter sido melhor. Temos de agir imediatamente para sanar a reputação do CESE e a nossa própria reputação, e restabelecer a confiança e a credibilidade, tanto fora como dentro do Comité. Precisamos de um Comité **unido e à altura das mais rigorosas normas éticas e profissionais**, precisamos de um Comité com uma **imagem impecável**. Neste sentido, solicito-vos, hoje, que confirmem ao Comité Consultivo o mandato de reforçar o Código de Conduta dos Membros e o Regimento do Comité. Temos de concretizar este objetivo o mais rapidamente possível e imperativamente antes de janeiro de 2021.

Senhoras e senhores,

Permitam-me, agora, apresentar-vos as prioridades da minha presidência e aproveito a oportunidade para agradecer a todos quantos deram um contributo de valor para este programa. O meu lema é **Unidos pelo futuro da Europa**, e o meu desejo é que o programa seja o NOSSO programa, o Programa do Comité Económico e Social Europeu para os próximos dois anos e meio.

Em primeiro lugar, temos de combater a crise económica e social causada pela COVID-19. A pandemia atual desencadeou a pior recessão desde a Segunda Guerra Mundial e está a acentuar as desigualdades. Acima de tudo, **os Estados-Membros e a nossa sociedade em geral têm de recuperar e de se tornar mais resilientes.**

Os nossos métodos de trabalho durante este mandato serão marcados pela **COVID-19**. Enquanto não houver uma vacina amplamente aceite, o nosso «novo normal» continuará a ser o distanciamento social, o porte de máscara, as reuniões híbridas ou à distância e a interrupção de atividades.

Mais do que nunca, precisamos de **unir esforços**, de desenvolver uma visão para uma Europa mais forte após a COVID-19 e de nos empenhar ao máximo para assegurar que **o nosso Comité contribui de forma decisiva para a recuperação da Europa e para a sua resiliência no futuro.**

Qual é a minha visão para a Europa após a COVID-19?

É a visão de uma Europa **economicamente próspera, socialmente inclusiva e sustentável do ponto de vista ambiental**, que permita a toda a sociedade civil singrar e viver numa sociedade aberta e assente em valores.

As transições digital e ecológica continuam a ser elementos pertinentes e devem ser integradas em todas as políticas. O desenvolvimento sustentável deve estar na base da nossa forma de pensar e de uma economia competitiva que não deixa ninguém para trás.

Enquanto membro do Grupo dos Empregadores, começarei pelo aspeto económico.

Perante esta segunda vaga da pandemia, as empresas, os trabalhadores e os cidadãos precisam de apoio para sobreviver, recuperar e reconstruir as nossas economias. O plano de recuperação «Next Generation EU» deve disponibilizar o financiamento necessário para combater os efeitos económicos e sociais negativos da pandemia. Temos de assegurar que o apoio chega aos que dele precisam, quer se trate de desempregados ou de empresas, em particular as PME que lutam pela sobrevivência.

Contudo, o dinheiro, por si só, não resolverá a situação atual: também temos de ligar a transição para uma economia mais digital e mais ecológica depois da pandemia à **recuperação social**.

O objetivo de tirar vinte milhões de pessoas da pobreza e de situações de exclusão social até 2020 claramente não foi atingido, pelo que temos agora de redobrar de esforços para o concretizar. As pessoas que podem trabalhar devem fazê-lo, e as que não podem devem beneficiar da solidariedade da sociedade.

Além de investimento público e privado considerável, precisamos de um mercado único eficiente para sairmos da crise rapidamente. Cumprir eliminar os obstáculos que subsistem, a fim de assegurar a livre circulação transfronteiras de mercadorias, serviços, capitais, dados e pessoas. Em simultâneo, temos de assegurar condições equitativas que proporcionem uma concorrência leal no mercado único.

A UE tem um papel importante a desempenhar na cena mundial. É necessário moldar as normas internacionais para refletirem os valores e os interesses europeus. Estima-se que 85% do crescimento futuro a nível mundial ocorrerá fora da UE. Há 35 milhões de postos de trabalho europeus que dependem das exportações e 16 milhões de empregos que dependem do investimento estrangeiro.

A pandemia atual revelou a vulnerabilidade e a dependência da UE em relação a fornecedores de países terceiros. As nossas empresas e o nosso bem-estar no futuro dependerão da nossa capacidade de manter os mercados abertos, com base num comércio livre e justo e em condições de comércio globais previsíveis.

O CESE, enquanto parte da sociedade civil global, manterá o seu empenho ativo nas políticas de alargamento e de vizinhança.

Senhoras e senhores,

A COVID-19 provocou subitamente perturbações e alterações dos nossos **mercados de trabalho**. A proteção do emprego e dos rendimentos para todos os trabalhadores — tanto por conta própria como por conta de outrem — é uma prioridade e é necessário adaptar as políticas em vigor com base numa visão a longo prazo para a formação e para as competências. Temos de prestar especial atenção aos grupos vulneráveis, como os trabalhadores com empregos atípicos, as crianças em situação de pobreza, as pessoas com deficiência e as pessoas oriundas da migração ou de minorias étnicas, entre outros.

A digitalização e a inteligência artificial têm um impacto enorme na nossa forma de viver, trabalhar, aprender e interagir. A transição digital deve ser justa, sustentável e aceite pela sociedade e a digitalização tem de estar ao serviço das pessoas.

É minha convicção que os progressos económicos, sociais e da sociedade são indissociáveis. Os vinte princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais servem de roteiro para a convergência social e para uma recuperação justa e sustentável. À medida que a Europa se transforma numa economia ecológica e digital, temos de assegurar que ninguém é esquecido e que as políticas sociais respondem adequadamente ao impacto da transição.

A proteção dos que procuram **refúgio** na UE, a garantia dos seus direitos e a contribuição para que estas pessoas tenham esperança no futuro devem igualmente fazer parte dos princípios orientadores da UE.

As organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental na integração dos migrantes, mas precisam de apoio através do financiamento adequado.

Quanto aos valores europeus, considero que **os nossos valores europeus comuns** não são negociáveis em circunstância alguma: o respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos, a liberdade, a democracia, a igualdade e o Estado de direito são essenciais, mesmo em tempos de crise, quando são necessárias certas medidas excepcionais e estritamente temporárias. O Estado de direito é a pedra angular do funcionamento da UE, mas é muito mais do que isso: a par dos direitos fundamentais, é a face da UE enquanto modelo da economia social de mercado, e que devemos defender.

Um dos principais ensinamentos da crise da COVID-19 revela que é preciso reforçar os sistemas de saúde de quase todos os países europeus, em primeiro lugar privilegiando a prevenção. A criação de uma **União Europeia da Saúde**, que preveja uma cooperação prática entre Estados-Membros no setor da saúde, sob a coordenação da Comissão, é um elemento importante da solidariedade e da resiliência no futuro. É necessário desenvolver tratamentos eficazes e uma vacina contra a COVID-19, bem como normas comuns e um sistema coordenado de desospitalização a nível da UE.

Por último, mas não menos importante, precisamos de uma Europa sustentável do ponto de vista ambiental.

É inquestionável que a transição para a neutralidade carbónica modernizará a indústria e criará novos postos de trabalho de qualidade, assim como mais oportunidades de emprego. No entanto, algumas medidas ambiciosas de proteção do clima são, amiúde, um desafio considerável para as empresas. No contexto atual de recessão económica, é essencial prestar-lhes o melhor apoio possível em prol da recuperação e, ao mesmo tempo, fomentar a inovação e o investimento na proteção do ambiente e do clima. Cumpre ver as empresas como parte da solução no âmbito dos esforços para tornar a economia mais ecológica, e, assim, incentivá-las a assumir um papel ativo, moldando a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. Para tal, as empresas precisam de metas realistas, planeamento, segurança e flexibilidade quando se adotam novas medidas de luta contra as alterações climáticas.

O lema da minha presidência, «Unidos pelo futuro da Europa», articula-se inevitavelmente com a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Esta conferência será uma oportunidade única para a sociedade da União Europeia. As empresas, os trabalhadores, os agricultores, os consumidores e as ONG terão uma palavra a dizer sobre as futuras políticas da UE. Poderão tomar as rédeas da *sua* União Europeia. Os cidadãos de todas as origens e de todos os quadrantes poderão participar num debate mais estruturado, com o objetivo de melhorar o funcionamento da UE.

Desde a sua criação em 1958, o CESE empenha-se na democracia participativa e poderá mais uma vez demonstrar a sua mais-valia enquanto facilitador, uma vez que os nossos membros pertencem a organizações que representam todos os quadrantes da sociedade civil, firmemente enraizadas em todos os Estados-Membros.

Entre os principais temas figuram a visão da Europa, o dilema da soberania nacional face à necessidade de chegar a soluções europeias comuns, a identidade nacional e a diversidade cultural.

Regozijo-me com o facto de a resolução do CESE adotada em 2017 ter sido o primeiro contributo para um debate sobre o futuro da Europa a nível da UE. Mas não ficaremos por aqui. Acredito que daremos um contributo significativo e de grande valor para a Conferência sobre o Futuro da Europa.

Como terão reparado, a palavra «Unidos» faz parte do meu lema.

A nossa principal tarefa é dar voz à sociedade civil organizada ao nível europeu. Para tal, necessitamos de **compromissos** entre todos os grupos: o nosso papel no CESE não se limita a apresentar os pontos de vista dos empregadores ou dos trabalhadores ou das ONG. A nossa mais-valia é o denominador comum que apresentamos às instituições europeias e aos Estados-Membros. Ao mesmo tempo, sabemos que há limites que não podemos ultrapassar e que merecem o respeito de todos os grupos. Não são os interesses particulares que conferem legitimidade ao Comité, mas antes o reconhecimento de que vimos de países diferentes com contextos distintos com a incumbência de trabalhar em conjunto, **unidos**, pelo bem comum da União Europeia. É este aspeto que nos distingue dos representantes de interesses, é esta a nossa verdadeiro mais-valia.

O nosso sucesso e o nosso impacto no processo de decisão da UE dependerão da qualidade e do carácter oportuno do nosso trabalho, bem como de uma postura pró-ativa. Contamos com cada relator e cada membro para dar seguimento aos pareceres, estabelecer um diálogo estreito com os relatores do Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão e comunicar com as partes interessadas pertinentes no processo de elaboração dos pareceres.

Felizmente, podemos contar com a dedicação dos **membros do pessoal do Comité** em todos os serviços, com quem queremos colaborar em equipa, **unidos**, num espírito de **respeito**, confiança e reconhecimento mútuo.

Senhores presidentes, ilustres convidados, caros colegas e amigos,

Estamos perante **desafios** gigantescos, mas este mandato dar-nos-á também a **oportunidade** de ajudarmos a Europa a prosperar economicamente e a ser inclusiva do ponto de vista social e sustentável do ponto de vista ambiental. Podemos criar uma importante mais-valia para as políticas da UE e contribuir para que sejam mais participativas, eficazes e adequadas às necessidades dos europeus.

Estamos empenhados em concretizar este objetivo. E juntos vamos conseguir!

Unidos pelo futuro da Europa!